



Prof. Calil Simão



Jurista e Autor de diversas obras jurídicas nas áreas de Direito Administrativo e Direito Constitucional.

APRESENTAÇÃO

@profcalilsimao

A Obra possui um profundo estudo sobre os atos de improbidade, a ação, o processo judicial, e, por fim, sobre as sanções aplicáveis.

Nesta edição foi acrescentado um estudo especial relativo a aplicação retroativa das normas mais benéficas introduzidas pela Lei 14.230/2021.

A Obra chega a sua 6ª edição com ampla aceitação, sendo referência jurisprudencial nos Tribunais de Justiça dos Estados é uma obra indispensável para advogados, juízes, membros do Ministério Público e operadores do direito em geral.

Atualizada segundo as mais recentes modificações legais, traz temas inéditos e de amplo efeito prático, bem como uma teoria bastante sólida e reflexiva sobre a interpretação e aplicação do direito punitivo na seara da improbidade administrativa no Brasil, bem como sobre a aplicação retroativa da reforma.

OBJETIVO

O objetivo da Obra é instruir e capacitar os operadores do direito na aplicação adequada da Lei 8.429/1992, considerando não só o desiderato de combate à corrupção, mas também o respeito aos direitos individuais dos cidadãos, cujo equilíbrio é fundamental e necessário em um Estado de Direito Democrático.

SÃO MAIS DE 900 PÁGINAS DE MUITA TEORIA E REFLEXÃO PRÁTICA

SUMÁRIO

PARTE I: OS ATOS

CAPÍTULO I	
Teoria da Corrupção	49
1 Do poder	49
2 Da corrupção	49
2.1 Corrupção social	51
2.2 Corrupção do Estado	51
2.3 Agentes da corrupção	52
2.4 Algumas formas de corrupção	53
2.5 Fatores que favorecem a corrupção	54
2.6 Combate à corrupção	55
CAPÍTULO II	
Da Improbidade e suas Congêneres	57
3 Improbidade/corrupção/desonestidade	57
4 Improbidade no setor privado	57
4.1 Improbidade trabalhista	57
4.2 Improbidade civil	57
4.3 Improbidade comercial	58
5 Improbidade no setor público	58
5.1 Improbidade eleitoral	58
5.2 Improbidade política ou político-administrativa	59
5.3 Improbidade administrativa	59
5.3.1 Desonestidade e Deslealdade	60
5.3.1.1 Deslealdade e quebra dos deveres funcionais: atos praticados em razão da função e do limite de aplicação da lei de improbidade administrativa	63
5.3.1.2 Sujeições do servidor público dentro e fora do serviço	65
5.3.2 Evolução do combate à improbidade administrativa	67
5.3.2.1 Constituições de 1824-1969	67
5.3.2.2 Decreto-Lei n.º 3.240/41	71
5.3.2.3 Lei n.º 3.164/57 (Lei Pitombo-Godói Ilha)	72
5.3.2.4 Lei n.º 3.502/58 (Lei Bilac Pinto)	73
5.3.2.5 Lei n.º 4.717/65 (Lei da Ação Popular)	75

SUMÁRIO



A improbidade no setor público compromete a integridade das instituições, a segurança e estabilidade da sociedade, por meio da subversão da moralidade administrativa, fazendo com que as ações do Estado desenvolvam-se em sentido oposto ao do bem comum.

O combate à corrupção no exercício das funções públicas, e dos atos de corrupção especificamente vinculados ao seu exercício visa tutelar valores supremos em um Estado Democrático de Direito, tais como lealdade e honestidade, indispensáveis a estabilidade, a paz e o desenvolvimento dos povos.

A Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa é norma produto do poder constituído no mister de definir as condutas ímprobas, a forma e graduação das sanções previstas pelo constituinte no § 4.º do art. 37. Estruturada em 8 Capítulos, a legislação traz normas de direito material e processual.

O presente estudo é dividido em 3 partes, a fim de apresentar ao leitor uma obra completa. A primeira parte dedica-se ao aspecto material da conduta ímproba, ou seja, os seus elementos constitutivos, seus agentes, suas formas, os fatores que a favorecem, bem como o regime jurídico punitivo aplicável, a natureza da responsabilidade, etc.

A segunda parte é dedicada à ação de improbidade administrativa, onde se analisa a sua natureza jurídica, o seu objeto, o seu processamento, os procedimentos de investigação do ato ímprobo, a petição inicial, os atos de comunicação processual, a resposta do réu, o litisconsórcio, o ônus da prova, a sentença, os recursos, entre outros temas.

Reserva-se para a terceira parte o estudo das sanções, iniciando pela abordagem do regime jurídico constitucional do Direito Punitivo, passando para a análise dos sujeitos a ela submetidos, as formas de sua aplicação e graduação, as sanções principais e cautelares, a forma de execução das sanções, e, ainda, provocando a discussão de temas ainda não debatidos pela doutrina.

Enfim, a presente obra tem o escopo de patrocinar uma maior reflexão sobre as punições reservadas aos sujeitos ímprobos, contribuindo para que as interpretações sejam mais condizentes com a finalidade buscada pela sociedade e com as garantias fundamentais asseguradas por nossa ordem constitucional.



REFORMA DA LEI INCORPORA A MAIORIA DAS TESES DO AUTOR



LEI 14.230/2021 INTRODUZ PRECEITOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

✓ Estudo sobre a aplicação retroativa da Lei 14.230/2021

@profcalilsimao

REFORMA DA LEI INCORPORA A MAIORIA DAS TESES DO AUTOR

- Natureza jurídica da ação
- Inaplicabilidade da Lei 7.347/85
- Princípios do direito punitivo
- Ilícito grave ou relevante
- Dolo específico
- Enquadramento típico
- Dano efetivo, dedução do ressarcimento operado e dos serviços efetivamente prestados
- Extensão de efeitos das demais esferas de responsabilidade
- Estabilização objetiva da demanda
- Litisconsórcio passivo necessário
- Regras especiais de saneamento e organização do processo
- Elementos essenciais da Sentença
- Critérios de fixação, dosimetria e unificação das penas
- Excludentes de responsabilidade
- Prescrição intercorrente

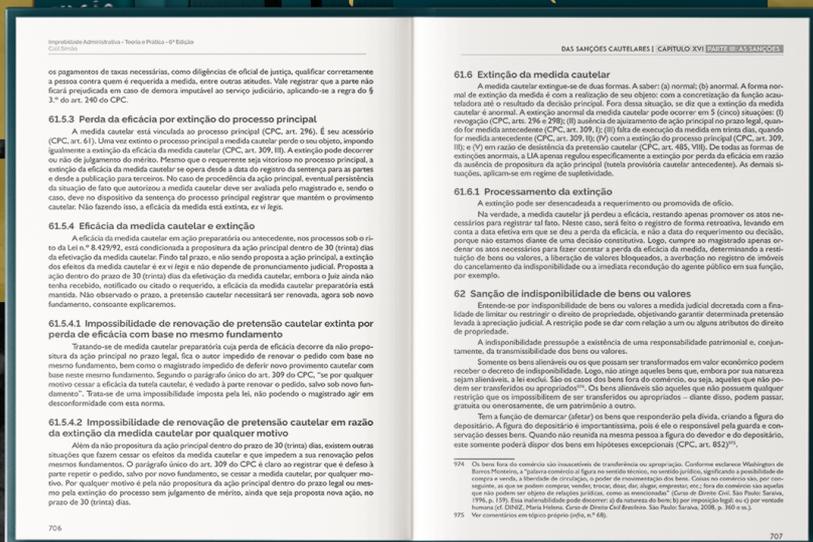
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Teoria e Prática

Obra Completa

Modelos Práticos

Temas inéditos



Bibliografia selecionada do STJ

Referência Jurisprudencial nos Tjs

Tópicos laborados sob os aspectos práticos

ADQUIRIR A OBRA

NEWSLETTER



OBRAS DO AUTOR



Calil Simão é jurista e escritor com diversas obras e artigos científicos publicados nas áreas de Direito, possui pós-graduação (*lato e stricto sensu*) pela Universidade de Coimbra (UC) e pela Instituição Toledo de Ensino (ITE), sendo investigador vinculado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

<http://www.calilsimao.com.br> | suporte@calilsimao.com.br

@profcalilsimao



Canal
Telegram



Canal
Instagram



Canal
Facebook